

OS CONFLITOS LIGADOS À SOBREPOSIÇÃO ENTRE TERRAS INDÍGENAS E A RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS NO PARÁ

FLORÊNCIO ALMEIDA VAZ FILHO

Apresentarei aqui um relato etnográfico sobre conflitos entre indígenas e agroextrativistas, que adotam diferentes estratégias na luta por direitos à terra, na área da Reserva Extrativista (Resex) Tapajós-Arapiuns, no oeste do Pará. Falarei de grupos que habitam suas terras tradicionalmente – uns se identificando como povos indígenas¹, outros, não –, bem como dos seus respectivos aliados externos. Nessa forma de relato assumidamente histórico e contextual do conflito, será possível visualizar agentes e atores e o desenvolvimento das crises entre diferentes instituições e níveis de institucionalidade. Como é possível que a efervescência de um processo de emergência étnica seja visto como ameaça por outras organizações do chamado movimento social e por agências governamentais? O que buscam ou disputam esses diferentes grupos e instituições?

Responder a essas questões é o primeiro passo para entender tal realidade. Essa clareza sobre os processos que se deram na área, pode facilitar o pensar outras dimensões da problemática e perspectivas teóricas para sua compreensão, além da busca de saídas para aqueles moradores, que desejam apenas continuar no seu território, vivendo do seu modo e em liberdade, como eles costumam falar. O ponto de vista desses moradores deve ser o norte da discussão, não conveniências e lógicas externas.

Devo esclarecer de início o lugar a partir do qual falo. Além de antropólogo pesquisador, sou um frade franciscano numa região onde a Igreja Católica goza de uma grande influência. Trabalhei como agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) entre 1998 e 2000, quando muito ajudei na criação da Resex Tapajós-Arapiuns

¹ Ao todo, no baixo rio Tapajós, existem doze povos indígenas, a saber: Mundurucu, Apiaká, Borari, Maytapu, Cara Preta, Tupinambá, Cumaruara, Arapium, Jaraqui, Tapajó, Tupaiu e Arara Vermelha.

² Nasci e cresci na Pinhél, no rio Tapajós, município de Aveiro (PA), hoje área da Resex Tapajós-Arapiuns. Ainda hoje vivo entre Pinhél e Santarém.

e no início das mobilizações indígenas, pois também sou um dos líderes do movimento indígena² na região. Meu encontro com a Antropologia marcou também o início da minha atividade relacionada com a questão indígena que, como estudioso e nativo, ajudei a impulsionar.

É a partir dessa condição de nativo e ao mesmo tempo observador – apoiado nos instrumentos da Antropologia –, que apresento um texto que, se tem um tom de denúncia, isso não significa superficialidade. Essa é exatamente sua relevância: trazer uma acurada etnografia sobre um fato desconhecido pela comunidade acadêmica, baseada em pelo menos 16³ anos de observação, experiência e reflexão. Apresentados dessa forma, sem análise teórica (que demandaria um espaço que aqui não temos), a riqueza dos dados poderá ser usada para posteriores estudos comparativos com outras situações de emergência étnica em Unidades de Conservação (UC), como o já conhecido caso dos Milton/Kuntanawa, na Resex do Alto Juruá, no Acre (PANTOJA, 2008), e a situação dos Ticuna da Terra Indígena Porto Praia, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mamirauá, no Amazonas (LIMA, 2004), entre outras.

³ Falo do período entre 1993, começo da minha pesquisa de iniciação científica sobre os “caboclos” do rio Tapajós (VAZ, 1996), e 2009, quando fiz as últimas visitas a campo e entrevistas dentro da pesquisa do doutorado (VAZ, 2010a).

UM DOS COMEÇOS DA HISTÓRIA

⁴ A palavra comunidade é um termo nativo usado para denominar os povoados no interior do Baixo Amazonas. É fruto do trabalho de catequese rural da Igreja Católica a partir dos anos 1960. Hoje, todos os vilarejos ribeirinhos e localizados às margens das estradas se autodenominam comunidades. Após o advento do movimento indígena, onde os moradores em sua maioria passaram a se identificar como indígenas, eles substituíram comunidade por aldeia.

Em fins de 1996, quando escrevia a minha dissertação de mestrado (VAZ, 1997), tive contato com lideranças de algumas *comunidades*⁴, que queriam impedir a invasão das empresas madeireiras nas suas terras, localizadas entre os rios Tapajós e Arapiuns. Participei e ajudei a promover inúmeros encontros com as famílias que se sentiam ameaçadas, informando-as que mesmo sem possuir documentos de propriedade, elas podiam exigir do governo brasileiro a proteção da área e a expulsão das empresas dali, pois era uma reivindicação legítima (VAZ, 2010a).

Pensando que a criação de uma Reserva Extrativista poderia ser uma saída para proteger aquelas terras nas mãos

dos moradores, começamos as mobilizações com a proposta de legalizar as terras como Resex. Essa proposta foi aceita pela maioria dos moradores, e no início de 1997 mais de 60 *comunidades* solicitaram oficialmente ao Governo Federal a criação da Resex Tapajós-Arapiuns.

Para coordenar os trabalhos de mobilização foi criado o Grupo de Trabalho (GT) Resex, com a presença de organizações não governamentais (ongs), movimentos sociais, comunitários e várias instituições, inclusive o Centro Nacional das Populações Tradicionais (CNPT/IBAMA). O clima geral era de colaboração num projeto que parecia ser de todos. Até aquele momento, nenhuma *comunidade* na região do baixo rio Tapajós se auto-identificava publicamente como indígena. Porém, no mesmo ano de 1997, juntamente com outros amigos, criei em Santarém o Grupo Consciência Indígena (GCI) para *resgatar* e divulgar a cultura e a identidade indígenas na região.

Um dos resultados desse processo de grandes encontros, estudos, audiências com autoridades e a repercussão que isso tinha na Rádio Rural de Santarém (da Diocese da cidade) foi uma mudança na autoestima das pessoas das comunidades. Elas passaram a se orgulhar mais da sua história e dos seus costumes, além de se sentirem reconhecidas como sujeitos de direitos. A criação da Resex Tapajós-Arapiuns, em fins de 1998, significou uma grande conquista, pois as empresas madeireiras foram colocadas para fora da área e as associações de moradores, criadas no contexto das mobilizações, começaram a participar mais ativamente da gestão da Resex.

No final de 1998, concomitante à criação da Resex Tapajós-Arapiuns, o pequeno vilarejo Takuara, localizado à margem direita do rio Tapajós, dentro da Floresta Nacional (FLONA) do Tapajós, município de Belterra, *assumiu* publicamente sua identidade indígena (IORIS, 2005). Os moradores procuraram a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em Itaituba, solicitando a demarcação das suas terras. O administrador do órgão lhes

⁵ A Declaração do Administrador da FUNAI de Itaituba, em resposta à demanda dos moradores de Takuara, é datada de 07/08/1998 (LEMOINE, 2005, p. 304).

⁶ Depois da afirmação indígena, os moradores de Takuara passaram a chamar o seu povoado de aldeia e não mais comunidade, termo comum para os povoados rurais na região. E o presidente da comunidade deu lugar ao cacique.

⁷ “Ata da Assembleia da Terra de Extrativistas e Seringueiros” – Vila Franca, 03-05/junho/1999 [a Ata manuscrita parece ter sido elaborada por comunitários de Vila Franca, mas não é assinada]. Confere também com as imagens do evento gravadas em VHS (arquivo pessoal).

entregou um documento⁵ que afirmava que a *comunidade* de Takuara tinha grandes possibilidades de ser reconhecida oficialmente como indígena e que deveria aguardar os estudos antropológicos que dariam a palavra final sobre sua identidade (VAZ, 2004).

Os líderes de Takuara foram apoiados por agentes do GCI, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e das Pastorais Sociais da Diocese, e também por líderes do movimento da Resex. Além de promover a “consciência indígena”, com a emergência indígena do povo de Takuara, os membros do GCI começaram a visitar essa *aldeia*⁶, para participar de reuniões, *rituais* e missas indígenas.

O TEMPO DOS PRIMEIROS ENCONTROS

Com o objetivo de ampliar o *processo de valorização das tradições culturais das comunidades*, a CPT e o GCI realizaram, em nos dias 3 a 5 de junho de 1999, a Assembleia da Terra e da Tradição⁷, em Vila Franca (área da Resex), com a participação de representantes de 43 *comunidades* da Resex e arredores e mais 12 entidades, totalizando 328 pessoas. Na mesma ocasião, os líderes do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) realizaram a sua primeira assembléia regional e a primeira eleição do CNS regional. Os Munduruku de Takuara, devidamente vestidos e pintados “como índios”, apresentaram suas danças e *rituais* e explicaram a decisão de se identificar como indígenas. Foram recebidos com muita simpatia. Houve discussões sobre a necessidade de valorização das tradições e da cultura dessas *comunidades*, juntamente com a defesa da terra. No final, muita gente começou também a dizer que era indígena.

Como outras *comunidades* se mostraram interessadas em aderir ao movimento iniciado por Takuara, foi realizado o I Encontro dos Povos Indígenas do rio Tapajós, nos dias 31 de dezembro de 1999 e 01 de janeiro de 2000, em Jauarituba (área

da Resex). Um dos objetivos era discutir “o resgate da história, identidade e tradições indígenas”⁸. Estiveram presentes 150 representantes de quase dez *comunidades* (sendo apenas Takuara de fora da Resex), que participaram das danças e, principalmente, dos *rituais*. Já não era estranho o fato de Takuara ter se identificado como indígena. Presente no evento, Euclides Macuxi, coordenador da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), esclareceu todas as dúvidas sobre os direitos dos indígenas, com destaque para a demarcação das terras. Ele convidou os presentes a participarem da Marcha Indígena dos 500 Anos, que passaria em Santarém, em abril de 2000, a caminho de Coroa Vermelha (BA). A empolgação foi grande.

Quando a caravana da Marcha Indígena passou em Santarém, em 07 de abril de 2000, com 483 representantes de vários povos do Amazonas e de Roraima, foi recepcionada por uma multidão, sendo a grande maioria os representantes das 11 *aldeias* assumidamente indígenas na região⁹. As pessoas portavam saiotas de fibras de cascas de árvores, cocares de penas de pássaros e variados colares. O encontro dos índios que chegavam do Amazonas e os do Tapajós foi *emocionante* (palavra usada por vários informantes que estiveram presentes). A passeata pelas ruas da cidade mostrou à população local que os indígenas da região não estavam extintos, como se pensava. A caravana continuou a viagem para Belém, já com representantes do rio Tapajós.

O entusiasmo que contagiou a região, no começo, logo se fez acompanhar da necessidade de organizar as *aldeias* que estavam se identificando como indígenas. Os líderes que voltaram da Bahia trouxeram a ideia de criar um “conselho indígena”, e assim surgiu, em maio de 2000, o Conselho Indígena dos rios Tapajós e Arapiuns (CITA), cujos líderes passaram a estabelecer comunicação com outras organizações indígenas e indigenistas em Belém, Manaus e Brasília. Os indígenas do baixo Tapajós já

⁸ Virada de Ano com Caxiri à Beira da Praia. A Província do Tapajós, Santarém, 29.12.1999.

⁹ “Marcha Indígena partiu na sexta para Belém” e “Comunidades do Tapajós lutam pelo Reconhecimento Indígena”. Gazeta de Santarém, Santarém, 09 a 15 de abril, 2000.

¹⁰ A notícia sobre a missa indígena em Takuara, de abril de 1999 (publicada em O Liberal, Belém, 18 de abril de 1999. Capa e p. 5) foi citada no livro “Povos Indígena no Brasil – 1996-2000” (ISA, 2000).

¹¹ FIT promove Curso Intensivo de Nheengatu. A Gazeta de Santarém, Santarém, 27/12/1998 a 09/01/1999.

¹² Relatório da Oficina de Nheengatu. 1-12 de julho de 2000. GCI. Elaborado por Floriene Colares Vaz, minha irmã e uma das líderes do GCI.

¹³ Relatório do II Encontro Indígena da região Tapajós e Arapiuns – GCI. Elaborado por Floriene Vaz, para a Caritas/CNBB. As informações foram complementadas com minhas anotações pessoais e com a gravação em VHS do evento (arquivo pessoal).

estavam *reconhecidos* pelo chamado movimento indígena e pelas entidades indigenistas¹⁰.

Ao mesmo tempo em que GCI e CITA exigiam que a FUNAI procedesse ao *reconhecimento* dos povos indígenas na região, empreendiam esforços para *resgatar a cultura*, principalmente a língua Nheengatu. Assim, aconteceu de 04 a 09 de janeiro de 1999, em Santarém, uma oficina de Nheengatu¹¹, com assessoria de Celina Cadena, do povo Baré da região do rio Negro (AM). Ela assessorou ainda outras duas “Oficinas de Nheengatu e Resgate Cultural Indígena” voltadas para os indígenas entre os dias 1º e 12 de julho de 2000, com o objetivo de fazer o “resgate e revalorização das tradições e dos costumes, reavivar a história, e revitalizar a cultura indígena”¹².

Ecrescia o número de *comunidades assumidas* como indígenas. No II Encontro Indígena já se contavam aproximadamente 18 *aldeias*. Este II Encontro já não foi apenas “do rio Tapajós”, mas passou a ser também “do rio Arapiuns”, pois sete *comunidades* desse rio haviam se assumido como indígenas em 2000. O evento aconteceu entre os dias 30 de dezembro de 2000 e 01 de janeiro de 2001¹³. Entre as entidades envolvidas, estavam GCI, CITA, COIAB e CIMI, além de líderes Munduruku de Itaituba e de Belém. Até aquele momento, o CNS era uma das entidades sempre presentes e que apoiavam financeiramente os eventos do movimento indígena. Isso mudaria completamente no final de 2001.

O número de participantes do II Encontro, 315 representantes de 15 *aldeias*, foi mais que o dobro dos que estiveram em Juarituba. O Encontro durou três dias. Os líderes indígenas afirmavam estar orgulhosos da sua indianidade e diziam que ser indígena é ter origem, história e cultura diferentes. O discurso dos índios visitantes repetia a afirmação “eu sou índio!” e a necessidade de lutar pelos “direitos indígenas”.

A dimensão dos direitos indígenas ganhou mais importância nas falas dos participantes, bem como a luta e a pressão política

para tê-los respeitados. Porém, o maior destaque do encontro continuou sendo a celebração dos *rituais*. O uso de pinturas corporais estava mais disseminado e os cocares e colares eram usados por quase todos os participantes.

O COMEÇO DA FORMAÇÃO DE DOIS CAMPOS ANTAGÔNICOS

A partir do final de 2001, as pessoas e as entidades e instituições às quais elas estavam ligadas começaram a se posicionar em dois lugares distintos e antagônicos. Logo, os líderes do GCI e CITA e representantes do CIMI e da FUNAI tiveram que se confrontar com diretores e técnicos do IBAMA e líderes do Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais (STTR) de Santarém, da Associação Tapajoara da Resex e do CNS, que passaram a ser críticos do movimento indígena. E todas essas entidades e agências do Estado gozavam de grande respaldo entre as lideranças das *comunidades* da Resex. Esse “racha”, como ficou conhecida a divisão, trouxe profundas consequências para o desenvolvimento do movimento indígena. É preciso entender sua origem.

Como um desdobramento da emergência política dos indígenas, o CITA e o GCI abriram seus escritórios em Santarém, em 18 de março de 2001, e o número de *aldeias* indígenas cresceu tanto que alguns líderes indígenas já falavam que a Resex iria ser transformada em uma só Terra Indígena (TI) e que a área passaria da jurisdição do IBAMA para a da FUNAI. Ainda em 2001, chegou o primeiro Grupo Técnico (GT) de antropólogos da FUNAI para o baixo Tapajós (ALMEIDA, 2001)¹⁴ e a possibilidade da demarcação de TI na Resex e na Flona se tornou mais real¹⁵. Essa perspectiva parece que não agradou os líderes maiores do CNS, ligados à Resex e diretores locais da Flona e do CNPT/IBAMA. Os sinais da tensão começaram a aparecer nas *comunidades*.

Examinando-se o contexto próprio da Flona Tapajós, é até compreensível a reação negativa contra os indígenas (VAZ,

¹⁴ O Relatório de Viagem ao Rio Tapajós, de Rita H. Almeida (2001), se constituiu no primeiro documento oficial da FUNAI-Brasília reconhecendo a existência de povos indígenas no baixo rio Tapajós.

¹⁵ A imprensa local divulgou que a FUNAI iria iniciar estudos no rio Tapajós com o objetivo de “comprovar por meio de um laudo antropológico a existência de povos indígenas na região”. Se confirmada a existência de índio ali, os estudos levariam à delimitação das terras indígenas. Cf. Áreas Indígenas: FUNAI vai realizar Estudos na Flona Tapajós. O Estado do Tapajós, Santarém, 17-19/02/2001.

1997, 2004; IORIS, 2005). Desde a sua criação, em 1974, a Flona enfrentou a resistência dos moradores, que se recusaram a desocupar a área, como ordenava a legislação sobre UC, à época. Eles queriam que o governo desmembrasse a faixa de terra *das comunidades* da área da Flona, enquanto o IBAMA envidava esforços para manter a integridade da área (VAZ, 1997). Em 1998, após muitas negociações entre IBAMA e associações dos moradores, o órgão considerava que tais problemas fundiários estavam solucionados. Mas esse processo ganhou um novo capítulo quando as *comunidades* de Takuara, Bragança e Marituba se *assumiram* como indígenas, se recusando a reconhecer no IBAMA um interlocutor confiável. As coisas mudaram, com a presença da FUNAI e a possibilidade efetiva da demarcação daquelas Terras Indígenas, que seriam desmembradas da área da Flona.

A nova configuração de forças passou a ser apontada como a causa de possíveis problemas e conflitos na Flona. Os moradores de *comunidades* não-indígenas vizinhas ficaram preocupados, ao ouvirem que perderiam suas terras para os indígenas. Mesmo após os esclarecimentos dos técnicos da FUNAI e líderes do GCI e do CITA, essa ideia continuou sendo muito difundida na área. OGT de 2001 realizou seu trabalho e recomendou a vinda de outros GTs de Identificação e Delimitação para dar prosseguimento aos trabalhos (ALMEIDA, 2001), o que legitimou as demandas dos indígenas e deixou alguns setores ainda mais preocupados.

Em 2003, com o anúncio da vinda do GT de Identificação e Delimitação das TIs dos Munduruku à Flona, foi novamente suscitado um contexto, visivelmente fabricado, de conflito com os indígenas. Muitos moradores das *comunidades* não indígenas estavam revoltados, pensando que a demarcação das TI iria “tomar” as suas terras e expulsá-los da área. Autoridades do IBAMA e representantes de algumas ongs atuantes na região se referiam à existência de um “clima de guerra” entre as *comunidades*¹⁶. Antropólogos, diretores da FUNAI e líderes

¹⁶ As notícias veiculadas na imprensa local, geralmente tendo como fonte o chefe da Flona Tapajós, Ângelo de Lima Francisco, davam a ideia de que algo muito conflituoso estava em curso e que os indígenas eram a origem dos problemas. Vejamos como exemplo a manchete “Conflito de terra na Flona pode acabar em morte”, publicada no jornal O Impacto, em 21/02/2003. A matéria (CRUZ, 2003) diz que: “O conflito originou-se a partir do começo dos trabalhos de definição de limites destas áreas que envolvem as *três comunidades* e que seriam áreas indígenas, portanto sob direção da Funai” (grifo meu).

indígenas esclareceram, mais uma vez, que aquele temor não tinha fundamento. Naquele contexto, a imprensa em Santarém divulgou uma declaração do Chefe da Flona do Tapajós, Ângelo de Lima, de que não havia *índios* na área, mas apenas “*caboclos*”. A notícia serviu para aumentar a tensão entre os indígenas e a Flona/IBAMA. No encontro de 24 de abril de 2003, na *comunidade* (não indígena) de Maguari, com a presença da FUNAI, MPF, IBAMA, várias ongs e moradores das comunidades da Flona¹⁷, Ângelo Lima, ao ser pressionado pelos indígenas, negou ter feito tal declaração¹⁸.

Voltemos ao outro lado do rio Tapajós. Em uma assembleia da Associação Tapajoara da Resex, de 14 a 16 de dezembro de 2001, na *comunidade* de Surucuá (não indígena), que discutiu, entre outros assuntos, a eleição para a nova coordenação da Associação Tapajoara, prevista para meados de 2002, o então vereador Livaldo Sarmento, do PT – que até aquele momento não havia feito oposição aos indígenas e até se identificava como vereador indígena¹⁹ – manifestou discordância com a atuação do movimento indígena, quando falou publicamente que “índio não pode se sindicalizar”. Afirmou ainda que o avanço do movimento indígena “vai dar porrada”²⁰. Mesmo contestado por mim, manteve sua afirmação, o que provocou um estremecimento nas relações entre o dito vereador e os líderes indígenas.

OS MORADORES DA RESEX ENTRE DOIS CAMINHOS: CONTINUAR COM A RESERVA OU PARTIR PARA A DEMARCAÇÃO DE TERRA INDÍGENA

Até o III Encontro dos Povos Indígenas dos rios Tapajós e Arapiuns, que aconteceu em São Pedro, no rio Arapiuns, entre os dias 30 de dezembro de 2001 e 01 de janeiro de 2002, foi possível registrar o crescimento acelerado e o fortalecimento do movimento das *comunidades* indígenas (ALMEIDA, 2002).

¹⁷ Ata da Reunião de Esclarecimento mediada pelo Ministério Público Federal, relacionada à Questão Indígena na Flona Tapajós. Escrita e assinada por Adriana Costa Sousa, do MPF.

¹⁸ Segundo o ativista do GCI, Deusdete Andrade Oliveira, os moradores da aldeia Bragança escutaram uma entrevista que o chefe da Flona teria concedido na Radio Rural de Santarém “afirmando que não existiam índios na Flona e sim caboclos”. Conf. “Demarcação suscita Contradições”. Jornal de Santarém e do Baixo Amazonas, Santarém, 03 a 09 de maio de 2003, p. 08. Na edição anterior do mesmo jornal, Ângelo Lima havia desmentido declarações atribuídas a ele de que não reconhecia as comunidades indígenas” (LEAL, 2003).

¹⁹ Livaldo Sarmento foi o animador que ficou à frente do alto-falante durante a Marcha Indígena em Santarém, no dia 7 de abril de 2000.

²⁰ Minhas anotações pessoais.

²¹ Todas as entidades e líderes de movimentos sociais presentes em São Pedro haviam ajudado, direta ou indiretamente, na criação da Resex, mesmo os líderes de comunidades que já se identificavam como indígenas naquele momento. Eu mesmo fui seu mentor intelectual e muito trabalhei no processo. Mas nesse debate apenas Livaldo Sarmento se colocou pública e explicitamente como defensor da continuação da Resex e questionador da demarcação de TI em lugares onde havia quem não se identificasse como indígena.

²² O pretexto era a suposta ameaça feita pelos indígenas de que quem não se assumisse teria que sair da área. Também se acusava GCI e CITA de esconder seus reais objetivos e de enganar os moradores (Conf. “Reunião sobre a questão indígena na Resex”, 10/01/2002. Minhas anotações e gravação de áudio da reunião. Arquivo pessoal).

²³ Na reunião de 10 de janeiro de 2002, o gerente do IBAMA, Ricardo Lima, afirmou que “Índio não tem direito a financiamento. Não vai ter dinheiro prá plantar”, e a advogada Rosária Sena (CNPT/IBAMA), que depois passaria a ser a gerente da Resex, lembrou que “a Constituição é bem clara quando diz que o indígena é relativamente capaz” (Conf. minhas anotações e gravação de áudio da reunião. Arquivo pessoal).

²⁴ Todas essas posições foram expostas publicamente na “Reunião sobre a questão indígena” →

O número de *aldeias* indígenas havia subido para 25, e foram contados 400 participantes naquele encontro.

Nesse encontro, o vereador Livaldo Sarmento quis saber “como fica a situação de quem mora na área e não se reconhece como indígena”. Obteve como resposta que é a *comunidade* que decide pela demarcação, e se alguém isolado não quer, “terá que ser indenizado e sair, caso não se comporte em acordo com as normas comunitárias” (ALMEIDA, 2002). Os líderes indígenas diziam abertamente que TI é muito mais garantida e segura legalmente do que uma Resex, que é temporária. O contexto da discussão era que, na Resex, os moradores tinham um prazo de 30 anos determinado pelo Contrato de Concessão de Uso para permanecer na sua terra, e como esse prazo logo se finalizaria, dever-se-ia optar pela TI em busca de maior segurança. A grande maioria das *comunidades* indígenas estava localizada dentro da Resex. Os participantes do Encontro viram-se entre dois caminhos: [1] continuar com a forma legal da Resex, defendida naquele momento pelo STTR de Santarém, ao qual Livaldo Sarmento era ligado; ou [2] optar pela TI, defendida pelos líderes do movimento indígena²¹. Esse foi o último Encontro Indígena que contou com a participação do CNS e de diretores da Associação Tapajoara.

Daquele momento em diante, alguns líderes indígenas passaram a se afastar do movimento e até se tornaram seus opositores declarados²², enquanto outros prosseguiram afirmando que a TI era mais segura e definitiva do que a Resex. Diretores e técnicos do IBAMA tentaram contradizer as ideias do movimento indígena²³, ao passo que os representantes de ongs argumentavam que seria melhor todos se abrigarem na Resex, evitando “conflitos”²⁴.

Em uma reunião entre o IBAMA e as entidades e lideranças envolvidas com a Resex e a questão indígena, ocorrida em 10 de janeiro de 2002, os indígenas voltaram a repetir que a TI era mais segura e definitiva do que a Resex. O gerente executivo do

IBAMA em Santarém, José Ricardo de Araújo Lima, disse que se os indígenas fossem “criar problemas”, o IBAMA não permitiria sua entrada na Resex, e alertou que eles não tinham direito a financiamentos. Ali foram apresentadas várias razões para desestimular o plano do GCI e do CITA de demarcação de TI na Resex e na Flona. E os indígenas deixaram claro que não estavam dispostos a abdicar da demarcação das suas TIs.

na Resex” (10/01/2002). Conf. minhas anotações e gravação de áudio da reunião. Arquivo pessoal.

NO MEIO DO CAMINHO ESTAVAM “OS DÓLARES DA FINLÂNDIA”

O vereador Livaldo Sarmiento, além de acusar o GCI de esconder seus verdadeiros planos, expressou uma preocupação ainda maior: “E o projeto da Finlândia vai ser inviabilizado?” O temor do CNS, entidade a qual o vereador estava ligado, era que a presença dos indígenas na Resex prejudicasse um projeto anunciado no valor de US\$ 982 mil²⁵, que a Associação Tapajoara e o CNS estavam negociando com o Centro de Serviços para a Cooperação no Desenvolvimento (KEPA) da Finlândia. Tratava-se de um projeto do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7). Os líderes do GCI e do CITA afirmaram que estavam mais preocupados com os seus direitos do que com o “projeto da Finlândia”. Era clara a intransigência das duas partes.

²⁵ Esse valor correspondia a 40% de um total de US\$2,4 milhões. A outra parte seria usada em outras regiões da Amazônia (Conf. Abaixo-assinado dos líderes e moradores da Resex enviado à 6ª Câmara do MPF, de 05/10/2005).

Ao final da reunião, estava evidente que indígenas e CNS/Resex/IBAMA encontravam-se em campos cada vez mais distantes. O gerente do IBAMA lembrou que a legislação da Resex tinha que ser respeitada e que não permitiria “trabalho paralelo”. Essa manifestação de poder e de controle pode ter sido interpretada pelos indígenas como mais uma razão para continuarem lutando pela demarcação das suas TIs e sair da Resex. É oportuno lembrar que esse mesmo tipo de comportamento dos diretores do IBAMA foi apontado como o pretexto para a saída das três *comunidades* Munduruku das negociações sobre a regularização fundiária na área da Flona (VAZ, 2004; IORIS, 2005).

Até o início de 2002, o número de *aldeias* indígenas continuava aumentando rapidamente na região. Foi, então, desencadeada uma campanha de difamação e de desinformações contra os indígenas. Os comentários que passaram a ser divulgados diziam, entre outras coisas, que os índios não poderiam se sindicalizar e nem se aposentar, e que a demarcação de TI pela FUNAI iria expulsar os não indígenas das suas terras e tomar terras de outras *comunidades*. Os indígenas eram acusados de querer dividir a Resex e a Flona e de serem criadores de problemas na região. Isso assustou os que haviam se identificado como indígenas e aqueles que simpatizavam com essa possibilidade, e provocou uma estagnação no processo de crescimento do número de *comunidades* indígenas.

No primeiro semestre de 2002, os líderes do STTR de Santarém já pareciam militar claramente contra o avanço do movimento indígena na área da Resex. Exemplo disso é a “reunião de esclarecimento” convocada pela entidade para tratar do caso, sem que fossem convidados líderes do GCI e do CITA. Mesmo assim, alguns deles compareceram. Conforme Miguel dos Santos Correa, 35 anos, então um dos coordenadores do CITA, a Sra. Maria Antônia Silva de Arcanjo, mais conhecida como Toninha, esposa do ex-deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Geraldo Pastana (também presente à reunião), e Livaldo Sarmiento eram os responsáveis pelo “esclarecimento”. O clima era tenso e os discursos visavam indispor os sindicalistas contra os indígenas, apresentados de forma desfavorável. A vontade predominante entre os líderes sindicais era, aparentemente, por fim ao Movimento Indígena. Ainda conforme Miguel dos Santos Correa:

Eles diziam lá: “quem é indígena não tem direito de se aposentar”. [...] E a Toninha repetia dizendo que: “porque a área da Resex é uma área já demarcada, que prá formar outro processo prá demarcar Terra Indígena ali dentro seria muito complicado, ia dar muito trabalho, ia complicar os

processos dos projetos que vinham prá Resex, que nós tava atrapalhando esses projetos”. [...] A Toninha²⁶ falou uma coisa lá que ate hoje eu lembro, ela dizia assim: “se for decretado indígenas, a Funai tem que tirar eles da terra deles e colocar numa terra própria pra eles”. A mesma coisa que a Rosária [Sena] falou no IBAMA, né? [...]”²⁷.

CONFLITO DECLARADO: OS INDÍGENAS PERDEM A CONDUÇÃO DA RESEX

Foi ao longo daquele ano de 2002 que se intensificou o processo de divisão e confronto de projetos entre indígenas e Resex (à margem esquerda do Tapajós), e indígenas e Flona (à margem direita do mesmo rio), cada um com seus aliados. Um dos pontos altos do enfrentamento foi o processo da eleição da nova coordenação da Associação Tapajoara, que aconteceu em uma assembleia, em nos dias 6 e 7 de julho de 2002, em Vila Franca²⁸. O CNPT/IBAMA e o CNS apoiavam a chapa liderada por Nazareno José de Oliveira (que se manifestava contrário aos indígenas) e eram acusados por Miguel Lima (o então presidente da Tapajoara) de não liberarem recursos financeiros, propositalmente, para prejudicar a chapa de Célio Aldo Costa, apoiado pelos indígenas. Resultado da eleição: Sr. Nazareno Oliveira – 151 votos; Sr. Célio Aldo – 69 votos. Politicamente, os indígenas perderam o lugar de destaque que até então detinham na condução da Resex.

O passo seguinte nesse enfrentamento foi a criação do Conselho Deliberativo da Resex – exigência da Lei do Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC), cuja implantação foi iniciada pelo CNPT/IBAMA tão logo foi eleita a nova coordenação da Tapajoara. GCI e CITA criticavam o Conselho porque ele seria chefiado pelo CNPT/IBAMA, retirando do presidente da Tapajoara o poder de coordenar a Resex. Mas a Associação Tapajoara e a maioria das ongs que atuavam na Resex apoiaram e se engajaram na sua criação. Ao

²⁶ São recorrentes, entre alguns informantes, referências ao importante papel que teve Toninha Pastana na sustentação das ideias anti-indígenas. Após a eleição da nova coordenação da Tapajoara, com Nazareno Oliveira à frente, ela continuava influenciando seus diretores no rechaço ao movimento indígena. Em uma reunião, em novembro de 2003, após a trégua firmada entre as duas partes, Toninha Pastana admitiu “exageros” do STTR no começo da questão. “Não soubemos conviver com a diversidade”, disse ela (Conf. Reunião entre Resex e Indígenas – Santarém, 22/11/2003. Anotações pessoais).

²⁷ Entrevista realizada em 23/04/2007 no escritório do GCI e CITA, em Santarém.

²⁸ Assembleia da Resex em Vila Franca, 06-07 de julho de 2002. Relatório de Frei Florêncio Vaz.

final, os indígenas se colocaram totalmente contra a implantação da nova instância deliberativa da Resex, saíram das negociações e encaminharam uma carta aos comunitários. O documento foi assinado também pela Pastoral Social da Diocese e pelo Centro de Apoio aos Projetos de Ação Comunitária (CEAPAC) e é útil como expressão da posição dos indígenas no conflito. Distribuída em 23 de agosto de 2002, quando da instalação do Conselho Deliberativo na sede do IBAMA em Santarém, em muitos pontos a carta afrontava os diretores da Associação Tapajoara e o IBAMA. Nela, os autores diziam que estavam juntos às *comunidades* na defesa dos seus direitos, “na busca de uma verdadeira emancipação e autonomia dos trabalhadores”. E reclamavam por haverem sido surpreendidos pelo convite do CNPT a algumas entidades (excluindo GCI, CITA e Pastoral Social) para a assembleia de criação do Conselho Deliberativo da Resex, pois já existia um “Conselho da Resex” funcionando, com líderes das *comunidades*. A partir da criação do novo Conselho da Resex, o antigo não teria mais valor legal nenhum e “Com isso, o Governo mostra que os moradores devem continuar sendo dependentes e tutelados”, como “menores”. Afirmaram que essas *comunidades* não estavam sendo as gestoras do processo sobre o uso dos recursos naturais na Resex. As palavras finais foram as mais fortes e dificultariam ainda mais, doravante, a comunicação entre as partes:

Continuamos acreditando na força dos trabalhadores e na sua capacidade de se organizar e se libertar cada vez mais de todos os tipos de patrões, inclusive o Governo. [...] Mais do que nunca estamos do lado da Resex e do desenvolvimento social e econômico das famílias. Porém não concordamos em sacrificar a consciência e a participação dos cidadãos da Resex em nome da lei ou do dinheiro. Não foi para isso que os moradores da região Tapajós-Arapiuns lutaram bravamente, para ser vendidos por trinta moedas. Os recursos financeiros do Governo são necessários para o desenvolvimento das famílias, e não somos contra isso, mas o dinheiro de fora

não pode gerar dependência, de forma que já não se saiba mais viver sem ele. Ficamos fora do Conselho Deliberativo presidido pelo IBAMA, porque o processo foi feito de forma apressada, autoritária e contrária ao que construímos ao longo de todos estes anos [...] (destaque no original)²⁹.

²⁹ Carta às Comunidades da Resex Tapajós-Arapiuns, 27 de agosto de 2002.

O documento termina repetindo, em letras maiúsculas, um slogan muito conhecido na época da criação da Resex, e que estava meio esquecido: “A RESEX É A TERRA NAS MÃOS DOS FILHOS DA FLORESTA”.

Logo em seguida, os líderes de GCI e CITA, mesmo não sendo convidados, foram para a assembleia da Associação Tapajoara, nos dias 21 e 22 de setembro de 2002, em Vila Franca. Enfrentaram um clima hostil, devido às repercussões da carta. Só após delicada negociação, conseguiram espaço na programação para ler o documento em público, sob a condição de que não houvesse nenhum comentário ou manifestação. Sem possibilidade de participar da assembleia, os líderes indígenas se retiraram logo em seguida.

O clima de confronto entre os dois lados continuou por todo o segundo semestre de 2002 e primeiros meses de 2003. Líderes ligados à Resex diziam nas *comunidades* que não poderia haver demarcação de TI dentro de uma Resex, e os coordenadores do GCI e CITA, em documentos e nos jornais, continuavam exigindo da FUNAI a demarcação³⁰. No rádio ou em reuniões, os líderes do GCI e do CITA respondiam às dúvidas e tentavam desfazer as fofocas, que lhes eram altamente prejudiciais. Foi muito grande o estrago político para o nascente movimento indígena. Por isso, GCI e CITA pediram ao MPF que convocasse uma reunião de esclarecimento entre indígenas, seus aliados e Resex, CNS, IBAMA, STR de Santarém e o vereador Livaldo Sarmento.

³⁰ Conselho quer demarcação de área indígena em Resex. Jornal de Santarém e Baixo Amazonas, Santarém, 12 a 18/04/2003. p. 16.

A reunião aconteceu em 22 e 23 de maio 2003, em Vila Franca, e foi presidida pelo Procurador da República em Belém, Dr. Felício Pontes Jr³¹. Estavam presentes, de um lado, várias lideranças indígenas, além de representantes da FUNAI, do CIMI

³¹ Reunião de Vila Franca, 22-23 de maio de 2003. Ata do Ministério Público Federal, em Santarém (PA), assinada pelo Dr. Felício Pontes Jr., que foi o coordenador da reunião. A maior parte das informações sobre esse evento é baseada nessa Ata do MPF.

e das pastorais da Igreja; de outro, aqueles ligados a Resex, CNS, STTR e IBAMA. Os líderes indígenas cobravam explicações, enquanto os diretores e líderes da Resex e seus aliados estavam na defensiva.

³² Transcrição, feita por Flôrencio Vaz, da fita VHS gravada durante a reunião de Vila Franca.

³³ Reunião de Vila Franca, 22-23 de maio de 2003. Ata do Ministério Público Federal, em Santarém (PA), assinada pelo Dr. Felício Pontes Jr., que foi o coordenador da reunião. A maior parte das informações sobre esse evento é baseada nessa Ata do MPF.

Os representantes da Resex contestaram as afirmações de que seriam eles os autores das informações distorcidas³². O representante do CNS, procedente de Brasília, se disse favorável ao *reconhecimento* por parte de quem se considerasse indígena e preconizou que o IBAMA e demais entidades se encarregassem da Resex e dos indígenas, ao mesmo tempo³³. Os representantes do IBAMA também arguíram não ter sido interposta qualquer ação contra os indígenas por parte do órgão. E todos pediram diálogo e entendimento entre Resex e indígenas. O gerente do IBAMA, Geraldo Pastana, foi um dos poucos que admitiram ter tido atitudes que prejudicavam os indígenas. A maioria afirmou, explicitamente, que não era contrária, mas que, ao invés, reconhecia a legitimidade do Movimento Indígena na área, ainda que houvesse evidências de que eles pensavam e agiam de modo bem diferente.

A representante da FUNAI afirmou ser possível a criação de uma área indígena concomitante com a área da Resex, conforme a Constituição Federal de 1988, e defendeu ainda outros direitos indígenas, principalmente o da autoidentificação. Ao longo das intervenções dos participantes da reunião, ficou claro que as informações contrárias aos indígenas, divulgadas amplamente na região por pessoas ligadas às instituições, não eram verdadeiras. Os indígenas afirmavam que diretores e líderes de IBAMA, CNS, STTR difundiam tais informações e estes últimos, naquele momento, negavam ter tido tais atitudes. Os diretores da Resex e seus aliados aceitaram desenvolver ações em comum para evitar novos problemas. As duas partes fizeram um pacto de tolerância mútua e maior diálogo, o que serviu para acalmar os ânimos.

À margem direita do rio Tapajós, na Flona, também aconteceram reuniões de esclarecimento com a presença da

FUNAI, do IBAMA, do MPF, de ongs e *comunidades*³⁴, nas quais foi preciso muita argumentação para mostrar que os indígenas não iriam *roubar* as terras dos seus vizinhos.

Um exemplo de que mesmo com as reuniões de esclarecimento e tréguas entre as partes a tensão continuava latente entre os dois lados foi o ocorrido com a implantação das escolas indígenas. O clima voltou a esquentar entre o final de 2006 e o início de 2007 quando a Secretaria de Educação (SEMED) de Santarém implantou a educação escolar indígena, como forma de respeitar a diversidade étnica e o modo de vida próprio dos indígenas (MOREIRA DA SILVA, 2008). Os municípios de Aveiro e Belterra também começaram a implantar a educação escolar indígena na mesma época. A partir daí, aumentaram, em algumas *comunidades*, as situações de conflito, com grupos se hostilizando e até se denunciando à polícia. Em geral, os não indígenas também passaram a se organizar como grupos e eram os mais ousados, enquanto os indígenas ficavam na defensiva. Nas *comunidades* com líderes expressivos não indígenas, ligados à Resex e ao STTR de Santarém, esses grupos se mostravam mais fortes. Os indígenas denunciavam “uma série de atitudes discriminatórias por parte de certas lideranças sindicais, professores e agentes de saúde, entre outros” (MOREIRA DA SILVA, 2008). Em 2013, os ânimos já estavam mais calmos, aparentemente.

AS RAZÕES DE FUNDO DO CONFLITO ENTRE CNS/RESEX/STR/IBAMA E O MOVIMENTO INDÍGENA

O conflito, iniciado em fins de 2001, é um dos fatos mais eloquentes sobre o significado da emergência étnica indígena no baixo Tapajós, e de como os indígenas passam a ter um grande poder, até então invisível ou ignorado (inclusive por eles próprios), na disputa por recursos materiais e simbólicos. Apresentarei agora algumas reflexões sobre esse fato, para que se possa ter

³⁴ Ata da Reunião de Esclarecimento mediada pelo Ministério Público Federal, relacionada à Questão Indígena na FLONA Tapajós”. Comunidade de Maguary (Município de Belterra), 24.04.2003. Assinada por Adriana Francisca Costa Sousa (MPF).

uma melhor compreensão do que aconteceu, das pessoas, das instituições e dos interesses envolvidos nesse processo.

Entre 1998 e o primeiro semestre de 2001, aparentemente, CNS, STTR e IBAMA não percebiam nenhuma ameaça no crescimento do movimento indígena e seu *resgate cultural*, tanto que o CNS era uma das entidades que ajudavam financeiramente na realização dos eventos indígenas, nos quais seus líderes estavam sempre presentes.

Até essa data, GCI, CITA e indígenas participavam ativamente das assembleias da Tapajoara, sem que fosse notado qualquer sentimento de rechaço por parte de quem não se *assumia* como indígena. Nas assembleias da Resex, a maioria dos líderes manifestava interesse em ter a sua terra reconhecida e garantida *para sempre* (como TI), diferentemente da Resex, que seria por tempo determinado, conforme o argumento divulgado pelos líderes indígenas.

Em 2001, surgiram questionamentos contra a identificação indígena, o que resultou na divisão entre os dois campos, como já vimos acima. Após a mediação do MPF em 2003, conseguiu-se uma trégua, quando os conflitos ficaram latentes, mas não deixaram de existir. Para os indígenas, descartada a via da Resex como definição fundiária, a organização indígena passou a ser a última esperança de obter a terra demarcada. Esse estado de ânimo é o que se pode constatar no depoimento do Sr. Miguel Braz, antigo sindicalista e um dos líderes da *aldeia* de Santo Amaro:

Em 1978, nós começamos a lutar pelo direito às nossas terras, tomamos o sindicato e passamos 20 anos. Agora veio a Resex. Pensávamos que ia ficar tudo bem, e depois caiu tudo em baixo da arapuca [armadilha]. Agora estamos na organização dos povos indígenas, que é o ultimo cartucho³⁵.

³⁵ Reunião com as Lideranças do Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns (CITA) - Santarém, 06 de setembro de 2002. Relatório do GCI.

A postura dos diretores e técnicos do IBAMA, a partir da mudança na direção da Associação Tapajoara (2002), começou

a ser encarada pelos indígenas da Resex como uma forma de domínio e controle, que lembra o sentimento que os indígenas da Flona tinham em relação ao mesmo órgão no momento em que decidiram se auto-identificar como tais. Daí o questionamento da anciã Josefa da Silva, durante uma reunião com várias autoridades: “Por que o IBAMA fica pisando na gente como se fosse chão?”³⁶. Tal sentimento só reforçava a aposta no “último cartucho”, a demarcação da TI.

³⁶ Assembleia com Autoridades e Movimento Indígena – 09 e 10 de setembro de 2002 - Auditório da UFPA em Santarém – Anotações pessoais. Entre as autoridades, estavam o Sr. Ângelo de Lima (Flona/IBAMA) e o Dr. Felício Pontes Jr. (MPF).

MOVIMENTO SINDICAL E MOVIMENTO INDÍGENA NA DISPUTA POR MENTES E INFLUÊNCIA

A disputa entre STTR e Movimento Indígena se travava também sobre as mentes dos militantes, já que quase todos eram oriundos de um mesmo âmbito político: os trabalhos de formação da Igreja Católica. Dentre os catequistas e militantes do movimento sindical dos trabalhadores rurais, o movimento indígena selecionou os seus principais líderes, aqueles que se tornaram *caciques*, *conselheiros* e coordenadores do CITA. Durante muitos anos, desde a década de 1970, o STTR de Santarém era o destino quase natural de militância dessas lideranças comunitárias. Era praticamente o único movimento social que congregava e representava os moradores das *comunidades* rurais³⁷. A partir dos anos 1990, surgiriam as associações de moradores, de produtores rurais e as organizações quilombolas, e se intensificou a atuação de ongs junto a essa população rural, fragmentando a representatividade única do STTR (ALLOGGIO, 2004). Mas, no geral, a hegemonia ideológica do STTR e do PT sobre esses outros movimentos se mantinha. Isso mudou no final dos anos 1990, quando o movimento indígena surgiu com outras bandeiras e outra possibilidade de realização do ideal da conquista da terra e da justiça social. Estava, na pauta, a identidade étnica em contraposição a de trabalhadores rurais.

³⁷ Nas comunidades da várzea e em algumas comunidades ribeirinhas, a Colônia dos Pescadores Z-20 é uma alternativa de organização.

Os próprios líderes das *comunidades e aldeias* foram ganhando consciência de que havia profundas diferenças entre os objetivos estratégicos da luta do STTR, de um lado, e do GCI e do CITA, de outro. Para muitos deles, o Movimento Indígena respondia mais às suas novas reivindicações do que o Movimento Sindical. Ao visitar o rio Arapiuns, em junho de 2003, Canêdo (2004, p. 17) encontrou um quadro de reuniões e discussões sobre a criação de um Assentamento Extrativista pelo INCRA (PAE), e destacou que “os moradores das citadas comunidades não estão interessados no assentamento extrativista proposto pelo INCRA, mas sim na regularização fundiária a ser realizada pela FUNAI, uma vez que se reconhecem como indígenas”. Ora, é compreensível que os líderes do STTR de Santarém, que defendiam os assentamentos do INCRA e sempre exerceram hegemonia sobre os processos de regularização fundiária na região, se sentissem contrariados com a dissidência de *comunidades* que até pouco tempo marchavam com o STTR.

Na *comunidade* de Camará, que pertence ao PAE do Arapiuns, o líder local, Sr. Jacó, militante do STTR, insatisfeito com a forma como o processo estava sendo conduzido, levou seu grupo a se juntar aos indígenas. Disse que viu que no PAE “estava servindo de besta”, e que o uso das terras de uma família em um PAE teria “limites”, e que com a demarcação da TI as pessoas viveriam mais *livres*. E chamo a atenção para esta ideia: identificar-se como indígena quase sempre é associado pelos nativos a ser *livre*, no sentido de viver do seu jeito, no seu território. Em busca dessa liberdade, os moradores de Camará se identificaram como indígenas, descartando a via do PAE. E Jacó passou de *líder sindical* para cacique *indígena*.

Houve também escolhas em contrário. Líderes indígenas locais abandonaram suas funções para se perfilar ao lado do STTR. Esse foi o caso de João Miranda, que durante muito tempo representou a *comunidade* São Pedro do Arapiuns no CITA, e, mais tarde, nos momentos de maior tensão entre CNS/

STR/Resex/IBAMA e indígenas, se posicionou na função de delegado sindical e passou a se manifestar, radicalmente, contra os indígenas. A maioria dos moradores de São Pedro o seguiu. Na disputa entre os dois lados, as mentes dos líderes tinham um peso muito grande.

O IBAMA OU UM GRUPO DENTRO DO IBAMA?

No meu esforço para entender as causas do conflito, fui descortinando que não se tratava apenas da instituição IBAMA³⁸ contra a emergência dos indígenas em UCs, mas, principalmente, de um grupo de indivíduos, dentro da instituição, que incentivou e apoiou material e politicamente a divisão, em razão de interesses políticos e, sobretudo, financeiros. Por exemplo, as ações de alguns diretores e técnicos do IBAMA contra os indígenas não podem ser tomadas imediatamente como uma posição institucional do órgão, mas de determinadas pessoas ligadas a um grupo político, que atuou e influenciou muito, durante certo período, a partir do órgão³⁹, na região de abrangência do IBAMA/ Santarém. Essa influência se refletiu principalmente na neutralização das mobilizações dos indígenas que, antes da chegada deste grupo ao poder, já pensava até em transformar toda a área da Resex Tapajós-Arapiuns em uma só Terra Indígena. Após 2002, os indígenas ficaram mais enfraquecidos, pois todo apoio (inclusive com o dinheiro do Projeto da Finlândia) era direcionado às comunidades não-indígenas. Essa hipótese é confirmada pela análise dos fatos e depoimentos dos envolvidos no conflito e foi corroborada por algumas pessoas que pertenceram, ou pertencem, aos quadros do IBAMA e da coordenação da Associação Tapajoara.

Refiro-me às entrevistas com Miguel Lúcio Sousa Lima, 47 anos, presidente da Associação Tapajoara, entre julho de 1999 e julho de 2002; Célio Aldo Costa Sousa, 52 anos, membro da coordenação da Tapajoara na gestão de Miguel Lúcio Lima⁴⁰; José

³⁸ Apesar de eu destacar o IBAMA, o INCRA também tem uma convivência conflitiva com os indígenas, pois as reivindicações por TIs demarcadas ameaçam política de assentamentos desse Instituto. Os indígenas se recusam a aceitar os lotes individuais e os PAEs, pois aceitá-los significa perder a floresta e as áreas coletivas de caça e extrativismo variado. As tensões entre a política do INCRA e os indígenas acabam se difundindo entre as comunidades não-indígenas, que aderem aos assentamentos e assim são gerados os conflitos entre moradores assentados e indígenas.

³⁹ E as instituições não são feitas por pessoas? É claro, e são os interesses dessas pessoas que podem, em determinados contextos, se impor às instituições. O que quero dizer é que, ao menos naquele momento do conflito, a posição que apareceu como sendo "do IBAMA" era muito mais a posição de um grupo dentro do IBAMA.

⁴⁰ Miguel Lima, depois que seu grupo foi afastado da liderança da Resex, ficou participando apenas da associação da sua comunidade. Celio Aldo Costa se afastou durante três anos, em seguida ao que retornou foi convidado a fazer parte da coordenação da Tapajoara.

⁴¹ A entrevista conjunta com José Francis Trindade e Nivaldo Martins dos Reis foi realizada em julho de 2009, na sede do ICMBio, em Santarém. Posteriormente, em agosto de 2009, realizei →

outra entrevista somente com o último. Miguel Lúcio Lima foi entrevistado em 04 de setembro de 2007, e Célio Aldo Sousa, em outubro de 2009, ambos em Santarém.

Francis Moura da Trindade, 49 anos, que atuou como gerente interino da Resex Tapajós-Arapiuns⁴¹; em 2009; e Nivaldo Antônio Martins dos Reis, 54 anos. Os dois últimos, atualmente, são servidores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), antigo CNPT/IBAMA.

A avaliação dos informantes é de que as ideias contrárias ao movimento indígena começaram a ser difundidas a partir da chegada de “algumas pessoas” à região, pois no início do movimento pela criação da Resex e até 2001 havia união entre todas as entidades envolvidas, como salientou Célio Aldo Costa Sousa: “Começaram a surgir opiniões diferentes, de pessoas que nem faziam parte da nossa região. Diante disso foi que começaram as divergências entre entidades e pessoas”. Referindo-se a Juan Carlos Carrasco Rueda e Atanagildo de Deus Matos, o Gatão (do CNS), Célio Aldo Costa diz que essas “pessoas de fora” tinham “outras ideias” sobre a região.

Os dois servidores do ICMBio afirmam que, nos anos de maior acirramento da tensão contra os indígenas na Resex e na Flona (entre 2002 e 2003), um grupo ligado ao CNS impôs sua visão política à atuação do IBAMA, em Santarém, com relação aos indígenas, através da indicação de pessoas da confiança desse Conselho para os cargos de chefia no órgão. As pessoas que lideravam esse grupo eram, basicamente, os já citados Juan Carlos Carrasco Rueda (chileno, que se apresentava como assessor do CNS, mas que parecia atuar mesmo como mentor intelectual do grupo) e Atanagildo de Deus Matos (ex-presidente nacional do CNS, chefe nacional do CNPT/IBAMA, entre 2001 e agosto de 2003⁴²); Fábio Vaz de Lima⁴³ – ligado ao grupo político de Jorge Viana, ex-governador do Acre –, ex-diretor do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), ex-assessor do senador Sibá Machado, e esposo da ex-senadora Marina da Silva (ministra do Meio Ambiente entre 2003 e 2008); Geraldo Irineu Pastana (ex-presidente do STTR de Santarém, ex-vereador e ex-deputado federal do PT e gerente do IBAMA de Santarém, entre 2003 e

⁴² Conforme a página do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, disponível em: <http://www.extratativismo.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=57&Itemid=1>. Em 2009, Atanagildo Matos pertencia à Diretoria Executiva do CNS, como tesoureiro. Acesso em: 22 nov 2009.

⁴³ O nome de Fábio Vaz de Lima também aparece em uma relação do STF de acusados de improbidade administrativa pelo MPF. Ele e Roseana Sarney teriam beneficiado, ilegalmente, a Usimar em São Luis (MA), com recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia. O processo deu entrada no STF, em 13/04/2004. Fábio Vaz é apontado como o responsável pela indicação de Atanagildo Matos para a chefia do CNPT. Fonte: Blog Conversa Fiada, de Paulo Henrique Amorim, disponível em: <http://www.paulohenriqueamorim.com.br/?p=16570>. Acesso em: 22 nov 2009.

2004) e a advogada Rosária Sena Cardoso Farias, que, após 2002, passou a ocupar a chefia do CNPT/IBAMA em Santarém, mesmo não sendo servidora do órgão.

O início do processo de *desmonte*⁴⁴ da Tapajoara e do CNPT ocorreu com a chegada de Atanagildo Matos à chefia do CNPT nacional (de 2001 a 2003). Quando ainda era presidente do CNS, no início de 2001, ele e seu grupo pressionaram e afastaram Rafael Pinzón Rueda da chefia nacional do CNPT (1995-2001), e Atanagildo ocupou o seu lugar⁴⁵. Uma vez à frente do CNPT, reuniu um conjunto de pessoas ligadas aos seus interesses. Em Santarém, ele manteve Ângelo de Lima Francisco como chefe da Flona Tapajós e Rosária Sena como chefe do CNPT regional e gerente da Resex Tapajós-Arapiuns. Outro membro do grupo era Livaldo Sarmiento, líder do CNS em Santarém.

Segundo Miguel Lima, Juan Carrasco chegou a Santarém depois que Miguel manteve uma conversa com Atanagildo Matos, que teria dito: “Miguel, tu precisas de alguém prá te ajudar lá!”. E Juan Carrasco foi o escolhido para *ajudar* Miguel e os outros coordenadores da Resex a elaborar projetos e, principalmente, atrair recursos financeiros. Juan Carrasco sempre se identificava como “secretário de assuntos internacionais” do CNS. Mas era chamado também de “articulador” ou “representante” do CNS (BELO, 2000). Sobre isso, Nivaldo Reis afirma que “O CNS chegou a Santarém de pára-quedas, depois que a Resex estava criada, em meados do ano 2000”, e logo começou sua atuação, se aproveitando das *populações tradicionais* para elaborar projetos, cujos recursos obtidos não lhes são dirigidos, efetivamente. A imagem transmitida por Juan Carrasco era de uma pessoa que gostava de ostentação, como sugere o texto de uma matéria:

De pobre, o chileno, até o momento, não tem nada. Já que em poucos meses em que se encontra em Santarém, comprou

⁴⁴ O termo *desmonte* foi usado por Nivaldo Martins dos Reis (VAZ, 2010, p.352) para descrever a substituição de pessoas dessas entidades por outras, ligadas aos interesses dos líderes do CNS, e também se refere à paralisação do processo de mobilização política e da maioria dos projetos até então desenvolvidos na área da Resex.

⁴⁵ Conf. “Chefe nacional do CNPT é acusado de desviar dinheiro”. Página 20, Rio Branco (AC), 29/08/2003. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/uc/627/noticia/2222>. Acesso em: 21 nov 2009.

essa área imensa de terra, carros, lanchas, além de uma casa de veraneio na Vila. [...] de um bom gosto bem requintado, escolheu o ponto turístico mais famoso da região: a Vila de Alter do Chão [...] (BELO, 2000).

⁴⁶ O documento, de 05/10/2005, é assinado por nove pessoas, inclusive Miguel Lúcio Sousa Lima, ex-presidente da Tapajoara, e foi enviado à CMEFA e à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, na pessoa da Dra. Deborah Duprat.

⁴⁷ Desde a eleição de Nazareno de Oliveira, ele já era assessor da Tapajoara. Quando assumiu a gerência do IBAMA em Santarém, sua esposa Toninha Pastana passou a assessora da Tapajoara.

⁴⁸ Comentava-se, abertamente, em Santarém, que Juan Carrasco Rueda, embora fosse chileno, comandava o CNS e “tinha grande prestígio junto à presidência do IBAMA, sobretudo depois da ascensão do PT ao governo federal” (LEAL, 2007). Os informantes disseram que ele costumava jactar-se de grande influência em Brasília, falando alto ao telefone com pessoas que ele dizia serem Marina Silva, Mary Allegretti etc.

Quase na mesma época, chegou de Brasília o casal Geraldo Pastana e Toninha Pastana e, juntamente com o CNS, logo colocou em prática sua política de *desmonte* na Resex e no CNPT, substituindo pessoas e organizando um quadro conforme seus interesses, como já havia acontecido em outros estados da Amazônia e no próprio CNPT nacional. Em um abaixo-assinado de outubro de 2005⁴⁶, enviado ao MPF em Brasília, alguns líderes e moradores da Resex distinguem a vida dos moradores da Resex em “até o ano de 2001” e “de 2002 até hoje”, e dizem que o que marcou essa diferença foi a influência que o CNS passou a ter sobre a Tapajoara. Em 2003, com a posse do Presidente Lula, Geraldo Pastana foi alçado ao posto de gerente do IBAMA/Santarém⁴⁷, passando Rosária Sena a sub-gerente. E o alinhamento do órgão aos interesses de Juan Carrasco Rueda e Atanagildo Matos se completaria, como afirma Nivaldo Reis:

A partir do momento em que eu saí do CNPT [dezembro de 2001], e que Rosária Sena entrou, o CNS praticamente mandava no CNPT e no IBAMA porque a gerente na época era Selma Bara Melgaço e, depois, Geraldo Pastana⁴⁸. Todos eles eram teleguiados pelo CNS, mais precisamente na pessoa de Juan Carlos Carrasco, que passou a morar em Santarém, Alter do Chão. E havia a intervenção de Atanagildo Matos, que era chefe nacional do CNPT, lá em Brasília (VAZ, 2010, p. 354).

Rosária Sena foi promovida a chefe do CNPT em Santarém na virada de ano de 2001/2002, em plena campanha para a eleição da coordenação da Tapajoara. Segundo Reis, Rosária Sena não é servidora concursada do IBAMA e ocupava cargo de confiança,

por indicação do CNS. Um forte indício de suas ligações suspeitas com o grupo é que suas reuniões com Juan Carrasco, Geraldo Pastana e Atanagildo Matos aconteciam a portas fechadas, o que não era uma prática comum no órgão.

Denúncias dos moradores da Resex sobre malversação dos recursos do *projeto da Finlândia* eram por Rosária Sena engavetadas, conforme Belo (2003a). Em 2006, ela era gerente-substituta do escritório regional do IBAMA/Santarém, quando o órgão ficou sob investigação da Polícia Federal pelo misterioso desaparecimento de 500 Autorizações de Transporte de Produtos Florestais (ATPF) de uma gaveta da sala da gerência (SANTOS, 2006). Até 2009, Rosária Sena continuava trabalhando no IBAMA, em cargo de confiança.

O CNS, OS RECURSOS FINANCEIROS E A NEUTRALIZAÇÃO DO GRUPO INDÍGENA NA DIREÇÃO DA RESEX

Conforme Miguel Lima, a ideia inicial de Geraldo e Toninha Pastana era vincular ao STTR e CNS um grupo dos trabalhadores rurais, e afastar as ongs que ajudaram a criar a Resex, o GCI inclusive. Mas a ideia inicial de tentar barrar o avanço dos indígenas teria sido iniciativa de Juan Carrasco e Atanagildo Matos, com afirma o mesmo Miguel Lima:

[...] a questão indígena foi colocada como contrária mesmo pelo Juan e [Atanagildo] Gatão, de Brasília. Foram eles que vieram contra e fizeram uma reunião onde tava a Rosária [Sena] e – aí que entram – [Geraldo] Pastana e Toninha, e já explica a ideia do recurso da Finlândia. É aí que todo esse grupo se conscientiza que a questão [indígena] iria avançar e estava avançando e precisaria eles fazerem alguma coisa pra impedir. Aí que a Toninha com o Pastana entram (VAZ, 2010, p. 354).

À frente da coordenação da Tapajoara, Miguel Lima sentiu dificuldade de exercitar o poder formal que detinha sobre a Resex,

uma vez que o CNPT/IBAMA demonstrava ter o verdadeiro controle da situação. Vale notar que, antes da criação da Resex, os ativistas e líderes comunitários afirmavam que a Resex era a “terra nas mãos dos filhos da floresta”. Depois, Miguel percebeu não ser assim, mas, ao contrário, Resex era a terra nas mãos do IBAMA.

No transcorrer de 2001, a presença da equipe de antropólogos da FUNAI contrariou também os interesses do grupo liderado pelo CNS, que supôs que o seu poder de barganha junto às comunidades se *reduziria*. As pessoas se *assumindo* como indígenas não constituíam problema, até então, mas a perspectiva da demarcação da TI e a inserção de outro órgão federal na área já se apresentavam como ameaças, que se tornavam crescentes à medida que aumentava o número de *comunidades* indígenas na Resex.

Desde o início de 2000, o Projeto da Finlândia, de US\$ 982 mil dólares, começou a ser discutido e elaborado pelos diretores do CNS, líderes da Resex Tapajós-Arapiuns, governo Finlandês e governo brasileiro⁴⁹. Em reais, falava-se em R\$ 2,4 milhões que deveriam ser aplicados apenas na Resex Tapajós-Arapiuns (BELO, 2003a). Miguel Lima, que participou das primeiras reuniões de negociação e elaboração do projeto, afirmou que “os finlandeses deixaram claro que eles não trabalhariam com indígenas” (VAZ, 2010, p. 256). E isso reforçou a tendência anti-indígena que preexistia em algumas pessoas e instituições: a questão indígena não poderia avançar, porque colocaria em risco os *dólares da Finlândia* que ainda estavam sendo negociados. A partir daquele momento, os líderes maiores do CNS e seu grupo de influência posicionaram-se totalmente contrários aos indígenas dentro da Resex.

Célio Aldo Costa, que também era da primeira coordenação da Tapajoara, confirma o que disse Miguel Lima sobre o papel de Juan Carlos Carrasco no início da divergência com os indígenas:

⁴⁹ Conf. abaixo-assinado dos líderes e moradores da Resex enviado à 6ª Câmara do MPF, de 05/10/2005.

Juan Carlos, numa reunião, falou pro Miguel que os recursos que vinham para a Tapajoara não era para trabalhar com indígenas, e sim para trabalhar com extrativistas da Resex. Com isso o Miguel foi ficando ofendido, porque ele se considera indígena também. Então, começou o pequeno conflito (VAZ, 2010, p. 357).

A manifestação de Livaldo Sarmiento, em Surucuí, em dezembro de 2001, deve ser entendida já como parte de uma estratégia maior de isolamento do movimento indígena, da qual fazia parte a não-reeleição do grupo vinculado a Miguel Lima. Logo, o grupo atraiu outros líderes da Resex. Segundo Miguel Lima, CNS, Geraldo e Toninha Pastana, STTR e IBAMA já estavam articulados, e ele sentiu haver algo contra a sua atuação, pois havia se recusado a seguir a política do grupo.

Deusdete Andrade, 47 anos, que também compunha a diretoria da Tapajoara, ao lado de Miguel Lima, dá sua versão sobre o que aconteceu logo depois da Assembleia da Resex em Surucuí (dezembro de 2001):

[...] a partir daquele dia, a própria coordenação, Miguel, Nazaré e o Célio Aldo também nós nos reunimos e definimos que nós íamos lutar pela questão indígena independente de o Livaldo, Mucura, Nazareno, a Rosária, ou outros serem contra. A gente tava preocupado em defender o que nós somos, índios. Se nós somos índios, temos que buscar os nossos direitos como índios. Nós quatro definimos que jamais a coordenação abandonaria o movimento indígena, porque a pressão era que a gente não apoiasse mais a causa indígena, que a gente esquecesse o movimento indígena, e só lutasse em questão de projetos. Ele [Juan Carrasco] sempre colocava pra gente, que o dinheiro vinha acima de tudo, e a gente só ia buscar recursos, ou ganhar recursos se a gente deixasse essa questão indígena de lado. [...] nunca concordamos com ele.

Tanto os técnicos do ICMBio como os dois líderes da Resex concordam que a chapa de Nazareno Oliveira, apoiada

abertamente pelo grupo liderado pelo CNS e Geraldo Pastana, recebeu a ajuda financeira necessária, sob a forma de combustível e alimentação. Enquanto isso, a coordenação da Tapajora teve seus recursos cortados pelo CNS durante todo o primeiro semestre de 2002, e fez uma campanha praticamente sem recursos. “Foi uma eleição injusta”, concordam os informantes.

Para Nivaldo Reis (ICMBio), a possível vitória da chapa apoiada por Miguel Lima e pelos indígenas era uma ameaça aos interesses do grupo liderado pelo CNS e pelo CNPT/IBAMA:

O CNS temia a vitória da chapa do Célio Aldo e Miguel Lima devido ao projeto da Finlândia, de U\$980 mil dólares, dos quais 90% deveria ser para as comunidades, e só 10% para o CNPT, e isso não aconteceu. Eu julgo que toda essa confusão, essa mudança, foi no sentido de evitar a vitória da chapa do Miguel, porque ele falava sempre que iria denunciar tudo o que estava acontecendo com a destinação desse recurso da Finlândia. Miguel queria só cumprir o que estava no projeto.

Recordando as discussões dos coordenadores da Tapajoara com os diretores do CNS e chefia do CNPT sobre a administração dos recursos do projeto com a Finlândia, Célio Aldo Costa confirma que o ponto da discórdia foi mesmo o controle sobre esses dólares, e o modo como poucos decidiram sobre o que fazer e como usar os recursos em questão:

A influência maior é porque todo aquele recurso deveria ser gerenciado por alguém, e nós entendíamos no momento que quem deveria gerenciar esse recurso era a própria Tapajoara. E outras pessoas do CNPT e CNS achavam que não, porque a Tapajoara não teria capacidade, que seus diretores não eram capacitados para mexer com recursos, projetos [...] E nós achamos que nós temos capacidade. [...] Uma ou poucas pessoas determinavam o que tinha que ser feito, sem uma discussão entre as lideranças. Foram feitas várias reuniões, mas já havia essas pessoas com interesses diferentes. [...] Na época da composição das chapas para a sucessão na

Tapajoara houve um “racha” dentro da Tapajoara, no CNPT, no STR, porque alguns achavam que nós tínhamos condições de tocar esse trabalho [projeto da Finlândia], outros, que nós não tínhamos.

Os servidores do ICMBio confirmaram que Atanagildo e seu grupo prenderam os recursos financeiros para a coordenação da Tapajoara, nos meses anteriores à eleição de julho de 2002, e ao mesmo tempo financiaram a campanha da chapa encabeçada por Nazareno José de Oliveira, para neutralizar a liderança de Miguel Lima, que havia afrontado os interesses do grupo no tocante à administração dos recursos do projeto da Finlândia, ao reivindicar que a Tapajoara os administrasse, enquanto o grupo contrário os queria sob o controle do CNS.

Com a vitória do grupo liderado pelo CNS na Tapajoara e o isolamento político do grupo ligado a Miguel Lima (indígenas), decidiu-se que os recursos do projeto seriam depositados na conta do CNS, que faria a sua distribuição. Uma parte desse valor seria destinada à Resex Tapajós-Arapiuns. Mas os servidores do ICMBio supõem que parte desse valor foi utilizada para sustentar os projetos políticos do grupo e pode ter colaborado financeiramente para a campanha de Geraldo Pastana à prefeitura do vizinho município de Belterra, em fins de 2004. O barco *Puxirum*, o único bem mais visível que ainda restava daquele projeto no início de 2009, pouco serviu aos moradores e acabou vendido.

A difamação dos opositores do CNS e do STTR passou a ser a maior estratégia de atuação desse grupo. Conforme Miguel dos Santos Correa, isso continuou depois da eleição na Tapajoara:

O seu Nazareno que era coordenador da Resex fazia uma articulação contra o movimento indígena, ele saía falando nos barcos, saía falando naquelas reuniões que tinha nas comunidades. Quando nós chegava na comunidade, nós não era bem recebido porque eles não queriam aceitar o nosso

Movimento Indígena na comunidade. [E Miguel fala da visita a uma *comunidade* que até antes do racha se considerava *indígena*] Fomos lá no Paricatuba. Somente o presidente foi falar com a gente, só ele e mais ninguém, e o presidente disse: “Olha, ninguém vai fazer reunião aqui porque nenhum tá querendo conversar com esse negócio de índio aqui não! E é melhor vocês saírem hoje. Vocês comem aqui em casa e vocês vão embora!” O quê que nós fizemos? Ficamos lá e fomos prá outra comunidade. (Miguel dos Santos Correa, CITA).

⁵⁰ Nova denúncia, em meados de 2004, baseada em consultoria independente contratada pelo Banco Mundial (BIRD), já falava de desvios de US\$2 milhões (na época R\$6,36 milhões), envolvendo os nomes de Fabio Vaz de Lima, Atanagildo Matos e a rede de ONGs GTA, conforme Belo (2004b).

Em agosto de 2003, uma sindicância do IBAMA confirmou o desvio de R\$1,5 milhão de reais pela chefia no CNPT nacional, entre 2001 e 2002⁵⁰. Esses recursos pertenciam ao projeto Resex II, do PPG-7, financiado pela Comunidade Europeia e o Banco Mundial, e deveriam ser destinados, exclusivamente, às comunidades de resexes. O dinheiro foi “usado num festival de passagens aéreas domésticas e internacionais, bem como para bancar feiras e outros eventos pessoais ou para amigos do Chefe Nacional do CNPT” (Página 20, 29/08/2003). A comissão de sindicância considerou o caso tão grave que recomendou a imediata suspensão de repasses de recursos do Resex II para o CNS; o desligamento imediato de dois altos colaboradores de Atanagildo Matos, acusados de improbidade administrativa; o afastamento, igualmente imediato, de Atanagildo Matos, do cargo de chefe do CNPT; e abertura de processos administrativo e disciplinar contra ele por improbidade administrativa e prevaricação (Página 20, 29/08/2003).

O DESCONTENTAMENTO DOS MORADORES DA RESEX E SERVIDORES DO IBAMA

No primeiro semestre de 2004, surgiram na imprensa sinais de descontentamento de líderes e moradores da Resex com o CNPT e a Tapajoara. Em janeiro, o Sr. Marildo Pedroso Serrão, que havia participado da diretoria da Tapajoara na equipe de

Nazareno Oliveira, mas terminou afastado, denunciou que as propostas iniciais da Resex haviam sido esquecidas, que as *comunidades* não eram ouvidas e que “O nosso povo está carente, embora todos saibam que o governo finlandês firmou parceria com o país e repassou o valor de R\$2 milhões e meio para ser revestido nas comunidades e até agora não temos nada” (BELO, 2004a).

Em 05 de outubro de 2005, um grupo de líderes de *comunidades* da Resex enviou um abaixo-assinado para a Dra. Deborah Duprat, da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, denunciando a sua insatisfação com os rumos da Tapajoara e da Resex. Ali é dito que após 2002, quando o CNS passou a ter total controle sobre a Tapajoara, os servidores do IBAMA foram impedidos de continuar seu trabalho junto aos moradores, todos os projetos ficaram abandonados, “e o povo hoje está numa situação difícil [...]”⁵¹. Há denúncia de falta de transparência no uso dos recursos financeiros recebidos pela Tapajoara, inclusive daqueles oriundos da Finlândia: “provavelmente não foram aplicados para aquilo a que se propunham”⁵². Sobre a participação dos moradores, o documento afirma que as assembleias da Resex estavam sendo feitas na sede do CNS em Alter do Chão, com um número reduzido de pessoas, ao contrário dos primeiros anos, quando eram realizadas em Vila Franca e as decisões eram tomadas com a participação de uma grande maioria de líderes e moradores. Os signatários pedem a intervenção da 6ª Câmara do MPF de Brasília,

Uma vez que o Ministério Público Federal de Santarém/PA abriu procedimentos nesse sentido no ano de 2004, porém o CNS, a diretoria da Resex e o IBAMA manipularam as audiências chamando para depor somente pessoas por eles escoltadas, bloqueando dessa forma o direito de voz da maioria das lideranças das comunidades⁵³.

⁵¹ Conforme Abaixo-assinado dos Moradores e Lideranças da Resex Tapajós-Arapiuns, enviado à 6ª Câmara do MPF, de 05/10/2005. O documento é assinado por nove pessoas, incluído Miguel Lúcio Sousa Lima.

⁵² Idem.

⁵³ Ibidem.

Outro abaixo-assinado, de 07 de fevereiro de 2006, com a firma de 116 moradores e lideranças da Resex, entregue ao então gerente executivo do IBAMA em Santarém, Dr. Huygnes Caetano da Fonseca, contém denúncias e questionamentos,

[...] desde o ano de 2003 até a presente data, verificamos que as atividades que vinham sendo realizadas na nossa RESEX foram prejudicadas e com isso a maioria de aproximadamente 22.000 moradores (70 comunidades) estão insatisfeitos com esses acontecimentos [...]. No início, tudo nos foi garantido, pelo IBAMA, em termos de melhoria, mas no decorrer do tempo, perdemos esse apoio ficando no cabresto do Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, sem direito a voz nas Assembleias, muito menos, participação nas decisões dos encaminhamentos, sendo essas, tomadas apenas por um pequeno grupo de pessoas escolhidas e teleguiadas, que, inclusive, eram remuneradas para calarem a boca [...]⁵⁴.

⁵⁴ “Comunicado ao IBAMA” dos Moradores e Lideranças da Resex Tapajós-Arapuians, ao Dr. Huygnes Caetano da Fonseca, Gerente Executivo do IBAMA/GEREX II/Santarém-PA, protocolado no IBAMA em Santarém, em 07/02/2006.

Entre os servidores do IBAMA lotados em Santarém também cresceu o descontentamento com a forma como os cargos de chefia do órgão estavam sendo preenchidos. Em 2 de fevereiro de 2006, o núcleo de Santarém da Associação dos Servidores do IBAMA (ASSIBAMA) também enviou uma Carta Aberta ao Gerente Executivo do IBAMA/Santarém, manifestando sua contrariedade com a atuação precária do CNPT/IBAMA/Santarém nos últimos três anos, e pedindo que nas próximas nomeações de chefes de unidades descentralizadas de UC (como a Resex e a Flona) e do CNPT fossem aproveitados técnicos do quadro local do IBAMA e não pessoas indicadas por outras organizações, como vinha acontecendo⁵⁵.

No segundo semestre de 2005, quando o servidor do IBAMA José Moura Francis Trindade esteve na função de chefe-substituto do CNPT em Santarém, o grupo historicamente ligado ao CNS tomou a iniciativa de enviar uma carta à Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e ao Chefe nacional do CNPT, Paulo Oliveira, denunciando o servidor como inadequado

⁵⁵ ASSIBAMA – Núcleo de Santarém -PA, Carta Aberta No. 001/2006, de 02/02/2006. Além do Gerente do IBAMA em Santarém, a Carta foi enviada para a Presidência do IBAMA, para a Ministra do Meio Ambiente, CNPT/IBAMA/BSB/DF e demais diretorias do IBAMA na Administração Central em Brasília. O documento é assinado por seis representantes da comissão de representação da ASSIBAMA em Santarém, entre os quais Nivaldo Antônio Martins dos Reis.

para a função, “mesmo que seja temporariamente”. No fim do documento, pedem os signatários que:

Pessoas realmente capazes assumam estes cargos tão importantes para o sucesso de todo trabalho do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA em nossa região. *Reconhecemos que podemos auxiliar nas indicações [...]*⁵⁶ [grifo meu].

Para Miguel Lúcio e os técnicos do ICMBio, uma prova dos interesses financeiros do grupo de Juan Carrasco e Atanagildo Matos em Santarém é que eles desapareceram da cidade depois que acabaram os “dólares da Finlândia”. “Só quem ficou do CNS foi Livaldo Sarmento”, diz Nivaldo Reis, 54 anos, referindo-se ao ex-vereador, natural do rio Arapiuns. Ele diz, ainda, que o CNS: “Chegou já no meio do processo, atrapalhou, acabou com o trabalho que se fazia e saiu”.

E o que restou do Projeto Puxirum⁵⁷? Na análise de Célio Aldo, do total de recursos, “veio uma pequena fatia para a Tapajoara, uma besteirinha”, para o pagamento da diretoria, para o escritório. Outras fatias foram para o STTR de Santarém e para a ACOSPER⁵⁸, mas “quando acabou o recurso a ACOSPER ficou de nada, devendo R\$300 mil reais. Hoje ela está no fundo do poço”. Foram oferecidos treinamentos aos moradores da Resex sem que os resultados aparecessem. Foram criados alguns subprojetos, como o de oficina de móveis rústicos, mas os envolvidos não foram capacitados a gerenciar o empreendimento, que não teve continuidade. Célio Aldo emenda: “Não vi muita vantagem. O barco [*Puxirum*] não beneficia ninguém na base porque é fretado”. Em um abaixo-assinado de 07 de fevereiro de 2006, com a firma de 116 moradores e lideranças da Resex, dirigido, mais uma vez, ao Gerente Executivo do IBAMA/ Santarém, indaga-se: “POR QUE o B/M Puxirum que, segundo o projeto inicial seria para servir aos moradores da RESEX no transporte de passageiros e produção, só fica à disposição da Diretoria da Tapajoara, gringos e seus aliados? [maiúsculas no original]”⁵⁹.

⁵⁶ Abaixo-assinado enviado à Ministra Marina Silva e ao Sr. Paulo Oliveira, chefe do CNPT, em Brasília. Datado de 24/11/2005, o documento é firmado por onze pessoas, entre elas Maria Ivete Bastos dos Santos (presidente do STR de Santarém), Livaldo Sarmento (representante do CNS/PA) e Célio Aldo Costa (secretário da Tapajoara).

⁵⁷ O projeto montado para receber os recursos da Finlândia.

⁵⁸ ACOSPER – Associação Cooperativa do Oeste do Pará, entidade ligada ao STTR.

⁵⁹ “Comunicado ao IBAMA”, dos Moradores e Lideranças da Resex Tapajós-Arapiuns, ao Dr. Huygnes Caetano da Fonseca, Gerente Executivo do IBAMA/GEREX II/Santarém-PA, protocolado no IBAMA em Santarém, em 07/02/2006. Segundo Nivaldo Martins Reis (em 06/08/2009), apesar de o documento conter mais de 100 anexos comprovando as denúncias feitas, o gerente do IBAMA não iniciou nenhuma apuração, limitando-se a encaminhar a documentação para Rosaria Sena, que “engavetou” tudo.

Para Célio Aldo, um dos maiores problemas no Projeto Puxirum é que “foi mal coordenado, não foi coordenado por pessoas daqui da nossa região. Foi coordenado por pessoas de fora”. E os mais beneficiados foram essas “pessoas de fora”. Ele cita, como exemplo, o diretor-técnico do Puxirum, o finlandês Mika Rönkkö. Notemos que Celio Aldo insiste nessa argumentação, que também é usada por Miguel Lima: os nativos (“pessoas daqui da nossa região”) são capazes de gerenciar seus projetos políticos e econômicos, sem precisar estar submissos aos *outros* (“pessoas de fora”), que geralmente têm “opiniões diferentes”, interesses e projetos diferentes, e até contraditórios com os dos nativos.

O mesmo Celio Aldo já disse acima que o *racha* entre as entidades e lideranças se deu porque “alguns achavam que nós tínhamos condições de tocar esse trabalho [projeto da Finlândia], outros, que nós não tínhamos”. Sua avaliação me parece perfeita. A maioria dos que pensavam que podiam gerenciar esse vultoso projeto eram os que se assumiam e ainda hoje continuam se assumindo como indígenas (Miguel Lima, Deusdete Andrade, Nazaré Marques e o próprio Celio Aldo). Os que defenderam a posição contrária foram os que ainda hoje não realçam sua identidade indígena ou procuram ignorá-la, ou combatê-la, no caso daqueles ligados ao CNS e às instituições. Assim, a confiança dessas pessoas na sua capacidade para administrar os processos nos quais estão envolvidos pode ter uma relação com a sua consciência de serem indígenas, conforme o que disse acima Deusdete Andrade, ao justificar porque seu grupo na Tapajoara não seguiu a política do CNS: “A gente tava preocupado em defender o que nós somos, índios”.

ICMBIO E INDÍGENAS NO BAIXO TAPAJÓS HOJE

Os técnicos do ICMBio afirmaram que, em 2009, o CNS não tinha mais controle e influência sobre o órgão. Nivaldo Reis

afirma que os diretores do órgão em Santarém não têm nenhuma posição contrária aos indígenas, mas admite que os estragos deixados nas *comunidades*, como a tensão entre indígenas e “contrários”, vão perdurar por muito tempo.

A atuação de um grupo específico anti-indígena a partir do IBAMA não descarta, no entanto, a possibilidade de uma atuação anti-indígena do IBAMA e do ICMBio como instituições. Tanto que, mesmo após a suposta neutralização daquele grupo, os indígenas que vivem na área da Resex continuam se ressentindo de atitudes hostis de diretores e técnicos do segundo.

No início de 2010, após a publicação dos dois Relatórios de Identificação das TI Munduruku na Flona, o ICMBio veio a público com um discurso muito semelhante àquele do IBAMA de anos passados, contrário à demarcação de TI na área. Seus representantes realizaram uma “reunião extraordinária” para “discutir as fragilidades” dos relatórios da FUNAI e anunciaram, na imprensa, que os indígenas estavam pleiteando terras além daquelas que eles tradicionalmente utilizam e que “não existe nenhuma comprovação científica quanto à descendência Mundurukus” (JOSEPH, 2010).

Em outra matéria, representantes do ICMBio afirmaram que a criação das TI na Flona “irá contribuir para a extração ilegal de madeira que deverá surgir na região”, apesar de não estabelecerem a relação entre os dois fatos. E chantagearam: “O trabalho de décadas poderá ir por água abaixo, se a vontade de alguns em criar duas reservas indígenas vier a vigorar⁶⁰” (CARDOSO, 2010). Donde se conclui que, mesmo que houvesse antes um grupo contrário aos indígenas atuando dentro do IBAMA, há também interesse institucional para barrar qualquer demarcação de TI nas “suas” UC.

De sua parte, os indígenas na área da Resex se sentem tolhidos em sua liberdade, controlados e vigiados, como se eles fossem uma ameaça à integridade do meio ambiente no seu

⁶⁰ Ao mesmo tempo, o STR de Belterra distribuía nas comunidades um abaixo-assinado, a ser enviado para “autoridades federais competentes”, no qual se afirmava não aceitar a demarcação das TI na Flona, porque causaria “prejuízos e conflitos” e “uma grave divisão territorial” na área, afetando até “as pesquisas científicas em andamento na região”.

⁶¹ Foi esse tipo de reclamação dos indígenas que levou o MPF/Santarém a realizar mais uma audiência pública na Resex. Com a presença de representantes do ICMBio, FUNAI, CITA, Associação Tapajoara e outras instituições, o evento aconteceu na aldeia Solimões, Tapajós, em 06/12/2013. Na ocasião, o ICMBio prometeu esforços para facilitar maior participação dos indígenas no Conselho Deliberativo da Resex. Conf. Ata da Audiência Pública, assinada pelo Proc. Dr. Luiz Eduardo Camargo Outeiro Hermandes, em 17 de dezembro de 2013.

próprio território. Uma senhora, em uma reunião na área da Resex em 2013, ao se referir às autorizações que é preciso solicitar ao ICMBio para o preparo de roças ou para a retirada de madeira para uso doméstico, falou indignada: “A gente tem que pedir autorização prá tudo...”. Há vários relatos de indígenas dando conta da forma autoritária como diretores e técnicos do ICMBio e IBAMA os têm tratado ainda hoje⁶¹. Como os indígenas da primeira diretoria da Associação Tapajoara, essa senhora parece dizer “nós achamos que nós temos capacidade para gerir os recursos do nosso território”.

A participação dos moradores da Resex nas assembleias da Associação Tapajoara ou nas reuniões do Conselho Deliberativo da Resex, bastante burocratizada, se dá principalmente através dos diretores das suas associações. Os presidentes de associações se reúnem em assembleias com uma pauta já estabelecida nos gabinetes do ICMBio, nas salas do CNS, na secretaria da Associação Tapajoara etc. Muitas vezes a sua participação se limita a votar propostas de textos, como o Plano de Manejo, que já vêm sistematizados e elaborados por assessores externos às comunidades. Os moradores não têm mais a liberdade de discussão que havia nos anos anteriores. Apenas um número bem reduzido de pessoas tem contato mais direto com o gerente da Resex, com o presidente da Tapajoara e com outros técnicos do ICMBio. O poder de intervenção política dos moradores parece bem reduzido. Alguns ex-diretores da Associação Tapajoara repetem, frustrados, que a entidade se limita a fazer o que o ICMBio determina. Isso é bem diferente da prática dos primeiros “grandes encontros da Resex” que reuniam 200 ou 300 moradores. Assim, a grande maioria apenas recebe as informações de maneira indireta, e geralmente na forma de proibições, como dizem os moradores, sobre “o que não pode fazer”.

CONCLUSÃO

Para os diretores do IBAMA e do ICMBIO, essa situação de acomodação política e redução dos espaços de participação direta dos moradores na área da Resex parece não ser um grande problema. A existência e a insistência dos indígenas, sim. Até porque o número de comunidades se assumindo como indígenas voltou a crescer. Suas organizações continuam pressionando a FUNAI para enviar GTs de Identificação e Delimitação das suas TIs. E se o CNS se enfraqueceu na região, a FUNAI inaugurou, em 2013, uma Coordenação Técnica Local (CTL) em Santarém, o que animou ainda mais os indígenas. Muitos indígenas entraram para os cursos superiores oferecidos pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Há muitos sinais de que a emergência étnica indígena ganha força na área da Resex Tapajós-Arapiuns e que o seu poder no conflito e na disputa por recursos, obviamente, aumenta também.

O número atual das comunidades/aldeias indígenas dentro da Resex é de 32, de um total de 71 comunidades (ICMBIO, 2008). Quase a metade. E em mais de 50% desses povoados, os indígenas são a totalidade ou a maioria dos moradores. Os poucos não-indígenas que ali vivem não contestam o processo da demarcação das TI. São lugares onde todos se sentem realmente parte de um único grupo étnico. Algumas aldeias, sozinhas ou articuladas com suas vizinhas, criaram associações juridicamente reconhecidas, que assumiram as suas lutas, em colaboração com o CITA. Porém, nas outras comunidades, onde estão em desvantagem numérica, os indígenas geralmente enfrentam sérios conflitos com os não indígenas.

A cada ano, um ou dois povoados decidem se identificar como indígenas. Articuladas com o CITA e GCI, as 55 *comunidades/aldeias* indígenas no baixo Tapajós⁶² estão firmes na decisão de reivindicar a demarcação do seu território. Provavelmente nessa situação de conflito, permanecem autoidentificados como

⁶² Esse número, que inclui os indígenas que vivem na Resex, representa a totalidade dos indígenas nos municípios de Aveiro, Belterra e Santarém.

indígenas apenas as pessoas e grupos que realmente têm fortes o sentimento e a consciência de pertença étnica. A demarcação das Terras Indígenas não veio na velocidade esperada e a educação escolar indígena funciona precariamente. Mas as famílias e comunidades/*aldeias* se mantêm organizadas como *indígenas*, o que contradiz a ideia de que essas pessoas “só viraram índio por causa da terra” – comentário geralmente difundido em alguns meios de comunicação em Santarém e na região.

E aquela perda da liberdade, personificada no ICMBio e no IBAMA, continua incomodando os indígenas. Se a sonhada liberdade não veio com a Resex, como imaginaram, ela terá que vir agora com a TI. E é o sonho de voltar a ser livre e de poder viver na sua terra, do seu modo, sem coerção e vigilância, que os anima a continuar se mobilizando e reivindicando a demarcação das suas TI. As tentativas de desqualificá-los e diminuí-los, associando-os a um passado selvagem ou a uma condição de subcidadão, e ainda acusando-os de serem “falsos índios”, parecem reforçar o orgulho indígena e a teimosia de brigar pelos seus direitos. E mesmo com a morosidade da FUNAI com relação aos GTs de Identificação e Delimitação na área, esses indígenas não demonstram intenção de recuar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLOGGIO, Tibério. Trinta Anos da Flona Tapajós: Avanços e Retrocessos na Integração entre Conservação Ambiental e Participação Social. In: RICARDO, Fany (Org.). *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: O Desafio das Sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), 2004, p. 578-585.

ALMEIDA, Rita. H. *Relatório de Viagem ao Rio Tapajós*. Em atendimento à Portaria N. 84, de 31 de janeiro. Brasília, DF: FUNAI, julho de 2001.

- ALMEIDA, Ádria Gonçalves de. *Relatório do III Encontro dos Povos Indígenas dos Rios Tapajós e Arapiuns, São Pedro do Arapiuns*. 30/12/2001-01/01/2002.
- BEBBINGTON, A. *Capitals and Capabilities*. A Framework for analyzing Peasant Viability Rural Livelihoods and Povrty in the Andes. London: IIED/DFID, janeiro, 1999.
- BELO, Gerciene. Chileno depreda Área em Alter do Chão. *Jornal de Santarém e Baixo Amazonas*, Santarém, 23 a 29/09/2000.
- BELO, Gerciene. Escândalo no CNPT envolve milhões de reais. *O Impacto*, Santarém, 26/09/2003.
- _____. Comunitários denunciam descaso da Resex e Ibama. *O Impacto*, Santarém, 23/01/2004a.
- _____. Deputado denuncia Fraude na Resex/Arapiuns. *O Impacto*, Santarém, 16/07/2004b.
- CANÊDO, Karina Soares. *Relatório do Levantamento Preliminar das Comunidades do rio Arapiuns e baixo rio Tapajós*. Em atendimento à Instrução Executiva N. 66 de 09/05/2003. Brasília-DF: CGID/DAF/FUNAI, março de 2004.
- CARDOSO, Manoel. Escândalo – Madeira ilegal extraída dentro da Flona. *O Impacto*, Santarém, 05/02/2010, p. 8.
- CHEFE nacional do CNPT é acusado de desviar dinheiro. *Página 20*, Rio Branco (AC), 29/08/2003. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/uc/627/noticia/2222>. Acesso em: 21 nov 2009.
- CRUZ, Carlos. Conflito de terra na Flona pode acabar em morte. *O Impacto*, Santarém, 21 de fevereiro de 2003, p. 36.
- FRANCISCO. Ângelo de Lima. *Nota Técnica: A Questão Fundiária na Floresta Nacional do Tapajós*. Documento anexo ao Ofício N. 009/03/FLONA Tapajós/IBAMA, de 18 de fevereiro de 2003, enviado ao Procurador da República em Santarém, Dr. Felício Pontes Jr.
- ICMBIO/MMA. *Plano de Manejo Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns*. Santarém (PA), 2008.

IORIS, Edviges Marta. *A Forest of Disputes: Struggles over Spaces, Resources and Social Identities in Amazonia*. 2005. Tese (Doutorado), Universidade da Flórida (USA), 2005.

IPHAN. 2ª. Superintendência Regional – PA. *Relatório de Vistoria*. Processo: 0192.000165/2008-15. Finalidade: Apurar comunicado sobre achados de ossos humanos em Pinhel, comunidade localizada no município de Aveiro, Estado do Pará. Período de realização: 22 a 24/04/2008.

ISA. *Povos Indígenas no Brasil: 1996-2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

JOSEPH, Rafaela. Reunião da Flona discute sobre Demarcação de Terras Indígenas. *Jornal de Santarém e do Baixo Amazonas*, Santarém, 22 a 28/01/2010, p. 5.

LEAL, Paulo Leandro. Comunidades da Flona do Tapajós são consideradas Remanescentes Indígenas. *Jornal de Santarém e Baixo Amazonas*, Santarém, 26 de abril a 02 de maio de 2003, p. 22.

_____. Comunidades da Resex estão abandonadas. *Jornal de Santarém e Baixo Amazonas*, Santarém, 19 a 25/06/2004.

LEMOINE, Maria Soeli dos Anjos Farias. *La educación y la Cultura de la Aldea Munduruku-Takuara del Rio Tapajós: sus valores pedagógicos y antropológicos, subsídios para la educación intercultural (Amazonia – Pará – Brasil)*. 2005. Tese (Doutorado em Educação), Facultad de Educación da Universidad Nacional de Educación a Distancia, Madrid.

LIMA, Deborah de Magalhães. As sobreposições em mamirauá e a necessidade de um novo pacto institucional. In: RICARDO, Fany (Org.). *Terras Indígenas e Unidades de Conservação*. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), p. 540-541, 2004.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982[1914]. Coleção pensamento Político, 53.

MOREIRA DA SILVA, Raphael Frederico Acioli [Analista Pericial em Antropologia do MPF/Procuradoria da República em

Santarém]. Informação. Consta do PA No. 1.00.000.001952/2004-27 da Procuradoria da República em Santarém. Elaborado em 29.01.2008.

PANTOJA, Mariana Ciavatta. *Os Milton – cem anos de história nos seringais*. 2 ed. Rio Branco (AC): EDUFAC, 2008.

SANTOS, Marcos. IBAMA de Santarém sob investigação da Polícia Federal e MPF. *O Impacto*, Santarém, 21/06/2006.

VAZ, Florêncio Almeida. Ribeirinhos da Amazônia: Identidade e Magia na Floresta. *Revista de Cultura Vozes 90*, Petrópolis, p. 47-65, março e abril de 1996.

_____. *Indicadores de Sustentabilidade de Comunidades Ribeirinhas da Amazônia Oriental*. 1997. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Agricultura), CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 1997a.

_____. *História dos Povos Indígenas dos Rios Tapajós e Arapiuns a partir da Ocupação Portuguesa*. Santarém, 1997b, mimeo.

_____. As Comunidades Munduruku na Flona Tapajós. In: RICARDO, Fany (Org.). *Terras Indígenas e Unidades de Conservação*. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), p. 571-574, 2004.

_____. *Emergência Étnica de Povos Indígenas no Baixo rio Tapajós, Amazônia*. 2010. Tese (Doutorado), PPGCS/UFBA, Salvador, 2010a.

_____. Povos indígenas e etnogêneses na Amazônia. In: LUCIANO, Gersem dos Santos; HOFFMANN, Maria Barroso (Org.) *Olhares Indígenas contemporâneos*. Brasília: CINEP, p. 104-159, 2004.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1979.

FLORÊNCIO ALMEIDA VAZ FILHO – Professor do Programa de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Pará, em Santarém-PA. <florencioalmeidavaz@gmail.com>.

